



Nos termos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC), a fiscalização prévia, a cargo da 1ª Secção e das Secções Regionais do Tribunal de Contas, aprecia a legalidade financeira dos atos, contratos e outros instrumentos geradores de despesa ou representativos de responsabilidades financeiras, antes de as mesmas serem realizadas.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Durante o mês de agosto de 2022 foram visados expressamente 194 atos e contratos submetidos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas (Sede e Secções Regionais dos Açores e da Madeira), representando quase 486 milhões de euros.

No mesmo período não houve recusas de visto.

DECISÕES DA FISCALIZAÇÃO PRÉVIA NO MÊS DE AGOSTO

TIPOS DE DECISÃO	N.º PROCESSOS	%	VALOR (€)	%
Visto	83	34,44	162 364 335,93	33,44
Visto com Recomendações	77	31,95	276 442 884,34	56,93
Declaração de Conformidade Homologada	34	14,11	46 792 421,50	9,64
Recusa de Visto	0	0,00	0,00	0,00
Outras extinções da instância (*)	47	19,50	0,00	0,00
TOTAL DE DECISÕES	241	100	485 599 641,77	100

(*) Inclui devolvidos não sujeitos a visto, extinção da instância por deserção, indeferimento liminar, cancelados por desistência e outros cancelamentos

TOTAL ACUMULADO NO ANO DE 2022

TIPOS DE DECISÃO	N.º PROCESSOS	%	VALOR (€)	%
Visto	523	35,55	2 126 804 476,58	61,65
Visto com Recomendações	458	31,14	1 137 356 978,94	32,97
Declaração de Conformidade Homologada	140	9,52	119 474 531,22	3,46
Recusa de Visto	17	1,16	44 019 873,97	1,28
Outras extinções da instância (*)	333	22,64	22 422 884,73	0,65
TOTAL DE DECISÕES	1471	100	3 450 078 745,44	100

Ligações úteis

- Acórdãos de recusa de visto e outras Decisões em processos de fiscalização prévia
- Sínteses de jurisprudência da 1.ª Secção, por assunto e por tipo de decisão